

cidades@atribuna.com.br

Cidades

Hoje termina vacinação contra a gripe

A imunização contra a doença ocorrerá somente até esta quarta-feira em unidades básicas públicas de saúde. Entre os que devem se vacinar, estão idosos, crianças entre 6 meses e 5 anos e mulheres que deram à luz há até 45 dias.

Acidente complica prazo da Ponte Pênsil

O término da reforma do acesso centenário estava previsto para o dia 17. Mas, após queda de cabos, órgão não garante entrega na data

SHEILA ALMEIDA
DA REDAÇÃO

A duas semanas da data prevista para a reinauguração da Ponte Pênsil, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) não sabe dizer se terá de novamente adiar a entrega da reforma e restauração no equipamento após um acidente.

Às 17h10 de segunda-feira, seis cabos que estavam sendo instalados desprenderam-se da parte superior da estrutura. Três deles, que somam juntos quase 2,5 toneladas, foram ao chão. Eles vão substituir outros usados provisoriamente para dar sustentação à ponte durante o serviço.

A reforma, que consiste na substituição dos cabos (a primeira ação do gênero na América Latina), começou em julho de 2013, quando a ponte foi parcialmente fechada – só passam pedestres e ciclistas.

Quando a operação for concluída, serão esses novos cabos que passarão a segurar, em definitivo, a estrutura da centenária ponte inaugurada em maio de 1914. O equipamento é tombado pelos órgãos de defesa do patrimônio histórico.

No total, há 12 cabos de cada lado da Ponte Pênsil. Eles são fixados numa base de concreto. Os novos, que estão sendo colocados, estão presos por amarrações e trilhos.

Segundo o DER, o deslocamento dos cabos na segunda-feira ocorreu por uma instabilidade após o estiramento desses equipamentos. O barulho da queda deles assustou moradores e chegou a parar o trânsito no momento do acidente.

Os engenheiros do DER e da Concrejato, empresa responsável pelo serviço, resolveram interditar a passagem de pedestres e ciclistas na ponte por cerca de uma hora, para garantir a segurança de todos. O órgão ressalta que em nenhum momento os cabos foram rompidos.

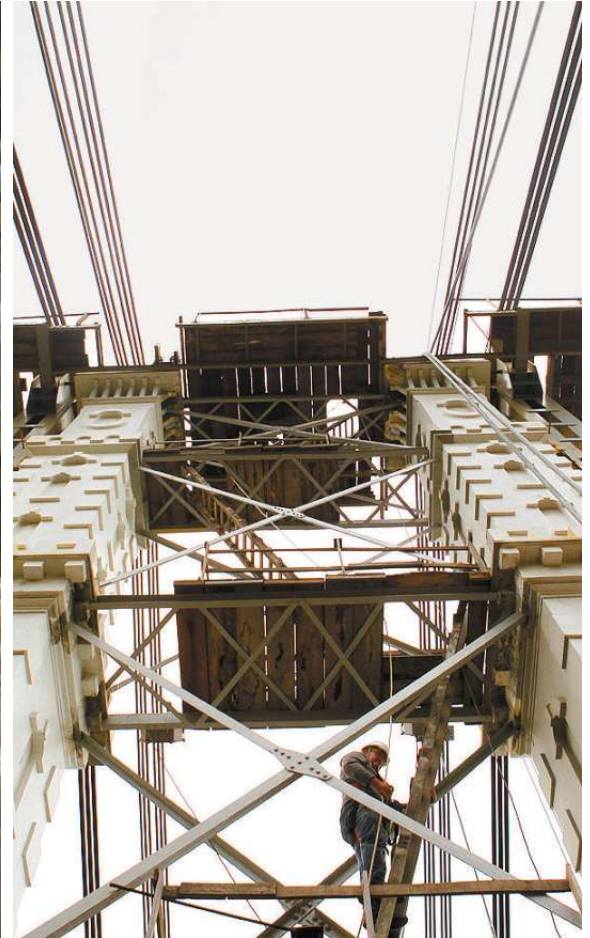
Ontem, trabalhadores da Concrejato foram ao local para avaliar o problema e tomar providências. A Tribuna também esteve na ponte, mas os engenheiros responsáveis não puderam dar entrevista. Durante a manhã, braços mecânicos já recolocavam toda a estrutura no lugar.

EXPECTATIVA

Se a Ponte Pênsil não for reinaugurada no próximo dia 17,



Funcionários da Concrejato, empresa responsável pela obra, atuam na recolocação dos cabos que caíram na 2ª-feira. Esses equipamentos vão sustentar a estrutura da ponte



FOTOS - NIRLEY SENA

Opiniões



“Escutei um barulho e formou o maior trânsito. Não acaba isso e, a cada dia, está pior. A previsão era para um ano, dois e pelo jeito vai para três. No começo (da obra) fiquei até feliz, pois é um ponto charmoso de São Vicente, mas a entrega está demorando muito”

Osnilda Blume, 72 anos, proprietária da Casa das Bananadas



“A interdição para pedestres e ciclistas não foi só ontem (segunda-feira), a Ponte Pênsil já fechou várias vezes e do nada (sem aviso prévio) a gente tem que pegar duas conduções para dar a volta (no trecho). Sempre acabo chegando atrasada no serviço”

Maria Zuleide Santana da Silva, 44 anos, promotora de vendas, que mora no Japuí, em São Vicente



“Moro em Praia Grande e passo (pela Ponte Pênsil) empurrando a minha motocicleta quando venho para o lado de São Vicente. Não tem placa nem ninguém do outro lado dizendo que não pode. Então, sempre consigo passar (apesar de ser proibido)”

Iraldo de Lima, 34 anos, vigilante

A Tribuna não esquece

Obras na Ponte Pênsil só terminam em junho, diz DER

É a terceira vez que a entrega do equipamento é adiada



15 de janeiro de 2015

A matéria narra o terceiro adiamento da entrega das obras na Ponte Pênsil. Os motivos alegados pelo DER foram problemas detectados nos blocos de ancoragem existentes em cada uma das margens na fase



A reforma e a restauração da Ponte começaram em 2013. A primeira para a entrega era a julho de 2014

Investimento 33,177 milhões



A CPFL Serviços assumiu a iluminação pública de Santos em 4 de maio

TCE analisa contrato da iluminação

DA REDAÇÃO

A Associação Brasileira de Empresas de Serviços de Iluminação (Abrasi) entrou com representação no Tribunal de Contas do Estado (TCE) questionando o contrato de iluminação pública firmado, no mês passado, entre a CPFL Serviços, no mês passado, e a Prefeitura de Santos.

Conforme o processo em análise no TCE há irregularidades na licitação do serviço vencida pela empresa. A Administração Municipal tem até o próximo dia 18 para dar explicações.

O advogado que representa a Abrasil, Alfredo Gioielli, diz que a principal violação diz respeito à Lei de Licitações (nº 8.666/93). “O artigo 9º proíbe a participa-

ção de forma direta e indireta de empresas que fizeram parte do projeto básico e executivo, inclusive, aquelas que forneceram materiais e serviço, que é o caso da CPFL Piratininga”.

O processo ainda menciona afrontamento da Lei 12.529, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. “O fato de a CPFL Serviços pertencer ao mesmo grupo econômico da CPFL Piratininga, tendo, inclusive, três diretores em comum vai contra a legislação. A situação facilitaria informações privilegiadas em detrimento aos demais licitantes”.

Outro ponto que chama atenção, acredita o advogado, é um parecer técnico, da própria Prefeitura de Santos, que questiona

a validade de documentos apresentados pela empresa. “Foi enviado um contrato particular de prestação de serviço firmado por uma pessoa física. Não havia engenheiro técnico responsável registrado em nome da empresa”.

Gioielli ainda aponta outro item nebuloso: um laudo para verificar equipamentos fora de norma e eventuais problemas que, caso constatados, seriam de responsabilidade da CPFL Piratininga e não da ganhadora da licitação.

O advogado indaga: “Uma empresa que pertence ao mesmo grupo econômico da que prestava o serviço de manutenção, vai ter autonomia e isonomia, para fazer as adequações que o município pedir?”.

Resposta

A Prefeitura informa que, após a classificação da CPFL, foi interposta uma representação por Juliana dos Santos Silva (em 17 de abril) e outra pela Abrasil (em 27 de abril). Após análise pelo conselheiro, relator Sidney Estanislau Beraldo, nada foi suspenso, mas foi assinado prazo de 30 dias para a Administração Municipal prestar os devidos esclarecimentos. “A Prefeitura tem prazo até o próximo dia 18 para apresentar sua manifestação (que está sendo elaborada) e todos os documentos digitalizados”.